

4. Transição

4.1. A narrativa entre a democracia e o autoritarismo

A partir da nova narrativa que se elabora, lança-se também um novo olhar para o passado. Embora boa parte dos recursos interpretativos forjados por Weffort para o nacionalismo-desenvolvimentista na década de 1960 ainda estejam presentes, há uma ligeira mudança na forma de se lidar com esse passado; resultado da nova experiência histórica que se constitui frente ao contexto político e à crítica à narrativa desenvolvimentista, da qual mesmo intelectuais da Escola Paulista haviam incorporado diversos elementos na década de 1960.

Nos três primeiros números, dois da *Revista de Cultura Contemporânea* e o primeiro número com o título de *Revista de Cultura & Política*, o primeiro artigo de cada revista é de Francisco Weffort. Na verdade, são três partes de um mesmo artigo cujo título é *Democracia e Movimento Operário: algumas questões para o período de 1945/1964*. Tanto pelo título, como pelo autor e pelo espaço físico ocupado na revista, parece claro que o artigo possui uma grande relevância para os propósitos pretendidos pelo grupo de intelectuais engajados no projeto do Centro. O artigo de Weffort se beneficia da pesquisa desenvolvida em sua tese de livre docência, defendida na USP em 1977, ano de fundação do CEDEC, intitulada *Sindicatos e Política*.

O objetivo do artigo é assim definido por Weffort:

“partindo sempre de questões formuladas no presente, o significado do conhecimento da história para a ação é precisamente o de constituir um dos meios de que dispomos para julgar da pertinência das próprias perguntas que o inspiraram e, portanto, da pertinência das alternativas de ação que imaginamos adequadas ao momento atual. Como resolver as nossas indecisões atuais diante da questão das relações entre movimento operário e democracia sem entendermos o nosso passado de **meia-democracia** [grifo meu] e de uma muito duvidosa independência operária? Conhecer o passado é um meio de conhecer o presente. Portanto, mais do que um conhecimento supostamente puro ou neutro, estas questões implicam, queiramos ou não, um ajuste de contas, porque elas interrogam não apenas realidades exteriores a nós, mas sobretudo, a nós mesmos.”¹³⁴

¹³⁴ WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário. Parte I. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, julho, 1978. P. 8.

O primeiro intuito do autor, portanto, é o questionamento do presente a partir das heranças que este carrega do passado. O objetivo claramente delineado é uma investigação das possibilidades de se realizar uma democracia plena, e não apenas uma meia-democracia. Dois caminhos se delineiam no trecho citado. Em primeiro lugar, há uma tentativa de definição do conceito de democracia por meio da relação necessária que este conceito tem com o movimento operário. Em segundo lugar, o diálogo com o passado torna-se uma ferramenta necessária para dar vida ao conceito de democracia na experiência contemporânea ao autor. A importância da história, segundo Weffort, aparece mais claramente no seguinte trecho:

“Se a situação atual nos propõe uma pergunta fundamental sobre a história e se esta nos inspira uma revisão do passado, isto não significa que as nossas idéias atuais sobre as relações entre movimento operário e democracia definam uma perspectiva a realizar-se fatalmente nem que esteja definido o sentido destas relações. Ao contrário: é exatamente porque a pergunta suscita dúvidas que se faz necessário rever o passado. Neste sentido, o que interessa é a história como crítica, jamais como ideologia, pois se a justificação ideológica necessita de mitos porque não buscá-los no presente ou em nossas aspirações para o futuro, poupando-nos deste modo o esforço de reconstituir o passado, embora seja de modo superficial?”¹³⁵

Assim, ao mesmo tempo em que, no primeiro trecho, Weffort reconhece a importância do tempo presente e das questões a ele pertinentes para realizar o diálogo com o passado, no segundo, o autor traça uma clara distinção entre a história como ideologia e a história como crítica. Tal distinção realça a diferença de sua escrita, científica, para com a dos intelectuais engajados nas forças nacionalistas. O autor realça, em especial, os intelectuais do “[...] *típico aparelho ideológico de Estado que foi o ISEB*”¹³⁶, em particular Guerreiro Ramos. É desse lugar social e com essa legitimidade que sua narrativa, a de Weffort, é tecida.

Para Weffort, o atrelamento ao Estado constitui uma explicação para o esquecimento pelo qual passou a sociedade brasileira com relação ao período inaugurado em 1930. O autor reafirma sua posição, portanto, dentro da tradição de crítica ao nacionalismo por meio do argumento do rigor científico e da independência intelectual. Discurso esse inaugurado com a USP e mantido por época da incorporação da Escola Livre de Sociologia Paulista a esta; reafirmada

¹³⁵ Ibid. P. 10.

¹³⁶ Ibid. P. 10.

por Florestan Fernandes, já colocando a si mesmo e a sua Escola como antagonicos do pensamento isebiano; e reorganizado sob o paradigma marxista pela geração do CEBRAP.

O viés mertoniano, que caracteriza esse discurso desde sua gênese, prioriza as relações estabelecidas entre a universidade e a sociedade civil, em especial durante a modernização desta em direção a uma sociedade capitalista. Talvez seja essa uma das características mais fortes que se perpetuam no discurso da Escola Paulista, dado a importância desse recurso no processo de crítica ao Estado nacionalista. O conceito de democracia, como já foi visto na mudança que se efetua no processo de crítica ao conceito de desenvolvimento, associa-se, principalmente, à autonomia e modernização da sociedade civil. Daí que o autor afirma:

“Não há movimento operário independente sem democracia e não há democracia sem movimento operário independente. A questão é do presente, da história que se está fazendo e da que se tem para fazer, mas é também do passado. Quanto ao passado, já se escreveu algo sobre a democracia e, um pouco mais, sobre o movimento operário. Mas o tema de suas relações permanece, de certo modo, esquecido. Como entender a dependência (relativa, sem dúvida) do movimento operário em face do Estado no período democrático? Esta pergunta, que se tornou clássica nos estudos sobre o sindicalismo brasileiro desde os trabalhos pioneiros de Aziz Simão e Juarez Brandão Lopes, sugere hoje uma outra indagação como contrapartida: como entender uma democracia que obrigava os sindicatos, e por extensão o movimento operário, a uma posição de dependência em face do Estado?”¹³⁷

Desde seus primeiros escritos, Weffort teve como objeto central de seus estudos a relação entre Estado e massas – estas opostas ao conceito de classe social. Democracia, nesse caso, passa a ter uma forte relação com a idéia de uma sociedade civil moderna. No trecho, o autor faz ainda referência a importantes autores cujos trabalhos podem ser compreendidos se contextualizados no âmbito do CESIT, cuja fundação desempenhou um importante papel na valorização da sociedade civil empreendida pela Escola Paulista. Ora, de que forma esses pressupostos orientam a narrativa que Weffort constrói na revista?

O esquecimento ao qual se refere o autor refere-se principalmente à relação entre Estado e movimento operário, que, de certo modo, opera como uma metonímia da sociedade, dada a importância que esta classe adquire dentro do

¹³⁷ Ibid. P. 7.

paradigma marxista. A democracia, tal como compreendida pelo autor, só pode ser efetivamente realizada quando esta questão for devidamente colocada ao passado. A questão do autor pode ser definida da seguinte forma:

“O que importa observar, porém, é o seguinte: **em início dos anos 50 a continuidade da ditadura na democracia era um fato bastante evidente e inquietante, pelo menos para quem se interessasse pela sorte da classe operária.** [grifo do autor] Naqueles anos, o exame da história do movimento sindical mostrava de modo inequívoco que no período de 15 anos que vem desde 1935 a 1951 só houvera alguma liberdade de ação sindical, precisamente no curto intervalo de um ano e meio entre 1945 e 1946 em que se assiste à queda do Estado Novo e à elaboração da Constituição de 46. Deste modo, o comentário de Evaristo de Moraes Filho talvez não necessitasse, quando foi escrito, de todos os esclarecimentos que requer hoje. A pergunta que trazia implícita era certamente muito simples de entender pelos contemporâneos: como explicar a sobrevivência de leis sindicais fascistas ‘em pleno quadro democrático de uma nação’? E esta pergunta conduzia inevitavelmente a outras perguntas importantes, uma das quais a seguinte: que uso fizeram os democratas, liberais ou de esquerda, e o movimento operário da liberdade (relativa, sem dúvida) que desfrutaram em 1945 e 1946?”¹³⁸

E na revista seguinte, complementa:

“Se todos os passos que vão das restrições até a participação plena na estrutura oficial, aparecem historicamente como uma linha evolutiva inelutável é porque interferiram neste processo outras condições políticas e ideológicas. A aliança política da esquerda com Goulart, o desenvolvimento de uma estrutura dual do sindicalismo em que ‘as organizações paralelas’ passam a complementar a organização oficial, a expansão da ideologia do ISEB, deveria orientar tanto os movimentos anti-imperialistas do período quanto a subordinação do movimento operário aos grupo populistas – são estes os fatores de ordem política e ideológica mais relevantes para se entender a evolução do movimento operário no período. E foi também nestas circunstâncias que se veio a ‘esquecer’, ou a dar por resolvido, o problema das relações entre o corporativismo sindical e a democracia. Nestas circunstâncias, o que antes se percebia como uma contradição no quadro institucional democrático, como uma evidência do precário desenvolvimento da democracia no País, passa a ser percebido como um aspecto ‘funcional’, ‘normal’ dentro do sistema democrático vigente.”¹³⁹

A relação entre democracia e autoritarismo, a tensão estabelecida entre ambos, está por trás do que o autor considera o esquecimento ao qual foi submetido o passado brasileiro. Para enfocar o referido par antônimo, o autor enfoca a relação entre Estado e sindicatos ao longo do período classificado como varguista. A permanência de uma estrutura corporativa em um regime de

¹³⁸ Ibid. P. 13.

¹³⁹ WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário. Parte II. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 1, n. 2, janeiro, 1979. P. 4.

democracia representativa caracteriza a meia-democracia, pois impede a classe operária de desenvolver plenamente sua consciência e autonomia de classe.

Nesse aspecto, dois pontos são realçados pelo autor. Em primeiro lugar, a grande linha de continuidade que se desenvolve entre 1930 aos seus dias atuais. Em segundo lugar, o papel do esquecimento nesse processo. Afinal, ao submeter-se à ideologia nacionalista, o movimento operário e as forças de esquerda se prenderam a um regime que tinha na democracia apenas instrumento superficial, esquivando-se, dessa forma, de construir a democracia enquanto um valor de classe. A imaginação democrática da sociedade brasileira não se desenvolveu e não conseguiu fugir da superficialidade do liberalismo

“Para a esquerda, como para os liberais, as normas da Constituição sempre valeram menos como normas políticas, - ou seja como normas em si mesmas valiosas porque definiam o campo de expressão da cidadania, - que como simples mecanismos de expressão de interesses. Instrumentos, portanto, e sempre passíveis de um juízo imediatista de eficácia, segundo servissem, melhor ou pior, a determinados interesses econômicos ou sociais ou aos interesses de exclusividade de poder de algum partido ou facção. E isto significa que não apenas temos tido dificuldades em aceitar as idéias de liberdade e de democracia como valores, como temos sido também freqüentemente incapazes de reconhecer a especificidade da própria política, tendendo quase sempre a conceber todos estes conceitos apenas enquanto meios. Por outra parte, aí está uma das raízes do fato que nunca tenhamos tido na história política do país nenhuma ideologia verdadeiramente democrática sem nenhuma ideologia verdadeiramente socialista.”¹⁴⁰

Retorna-se, desse modo, ao tema do esquecimento. Afinal, foi a partir da falta de uma análise crítica que a esquerda perdeu diversas oportunidades de avançar em um processo de construção democrática. Foi antes de tudo um problema de avaliação científica. Argumento semelhante já havia sido usado por Octavio Ianni em seu livro *O Colapso do Populismo no Brasil*. Cabe lembrar, contudo, que no eixo central da narrativa de Ianni estava o desenvolvimento e a possibilidade de construção do socialismo. No caso de Weffort, a análise histórica é feita sob o prisma do autoritarismo e da democracia. O presente, segundo o próprio autor, leva novas questões ao passado. Weffort avalia que a questão da democracia é, definitivamente, a questão do seu presente.

Mesmo contraposto aos seus escritos anteriores há uma significativa diferença. A relação entre Estado e massas no Brasil foi avaliada, por Weffort, sob

¹⁴⁰ Ibid. P. 11.

forte influência das teorias da modernização, cujo principal representante foi Gino Germani. O desenvolvimento econômico, o processo de industrialização e a forte imigração urbana desempenham uma função central nesta narrativa. Há, por trás dela, uma concepção genérica dos diversos processos de modernização e desenvolvimento que se tornava particular na América Latina pela velocidade em que tal processo se desdobrava. Diferentemente, no artigo publicado na *Revista de Cultura & Política*, a narrativa do passado recente brasileiro é orientada pela questão democrática.

Há, nesse caso, uma crítica forte à idéia de que este passado seria marcado por rupturas e inflexões. Segundo Weffort, esse argumento seria um instrumento propício ao propósito do esquecimento.

“A República de 1889, a Revolução de 1930, o movimento de 1964, - nós fomos educados para ver nestes momentos de inflexão histórica, rupturas de um vulto extraordinário que pareceriam capazes de abolir todo o passado [...]

“Embora com sentido muito diverso, a ‘revolução’ de 1964 se inspira na mesma lógica e busca, ainda que certamente com menor êxito, o mesmo resultado: obrigar os vencidos, que neste caso, não são apenas setores das elites mas, também e principalmente, a classe operária e as massas populares, a esquecer a sua própria história para melhor submeter-se à nova ordem que se venha a criar. Em outras palavras: para as elites ‘revolução’ significa, de fato, ditadura; do mesmo modo, ‘democracia’ significa apaziguamento e, sobretudo, controle [...] Lembremos que a democracia prometida em 1930 teria que esperar o ‘curto lapso de tempo’ de 15 anos de ditadura para chegar e que quando veio foi para submeter-se a uma situação de minoridade as mesmas massas populares que lhe serviam de suporte de legitimação, e, finalmente, que só durou enquanto este controle foi possível. Quanto às promessas democráticas de 1964, nós já vamos cumprindo o ‘curto lapso de tempo’ que manda a praxe, e uma vez mais se volta a falar em abertura e restabelecimento democrático. Estaríamos também condenados a repetir a precária experiência democrática que já tivemos?”¹⁴¹

Somente o esquecimento explica os recorrentes erros da esquerda. Opções, dentro de conjunturas determinadas, que esvaziavam o sentido da democracia e optavam por compactuar com um Estado que fazia permanecer uma estrutura corporativista e autoritária em meio a um regime representativo. As conjunturas, segundo Weffort, são, em especial, os anos de 1945 e de 1954, quando a esquerda e o movimento operário reafirmam seu vínculo com o regime varguista, ainda que em 1946 o Partido Comunista Brasileiro já tivesse retornado a uma postura de

¹⁴¹ WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário. Parte I. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, julho, 1978. P. 8.

oposição ao governo. Opera-se com uma lógica de silenciamento. A ênfase na conjuntura cumpre com dois objetivos dentro da narrativa proposta.

Em primeiro lugar, confere maior autonomia e poder de intervenção aos agentes políticos. Na conjuntura, as pequenas decisões e as contingências ocasionais adquirem uma dimensão de maior importância que na perspectiva sistêmica, ou de longo prazo. Por isso a necessidade urgente de organizar uma narrativa comprometida com a verdade e com a crítica científica que possa ajudar a orientar a ação dos principais agentes contemporâneos à publicação da revista. Em segundo lugar, a conjuntura cria o espaço da contingência em uma narrativa marcada pela perpetuação do autoritarismo, ou seja, a contingência desarticula uma narrativa em que o peso da história se faz sentir e diminui o horizonte de possibilidades políticas e históricas. Momentos de crise, desse modo, criam contingências em que se abre a possibilidade ao ator político para engendrar um novo processo que dê fim à crise que marca a realidade histórica brasileira desde 1930.

A narrativa que se desenvolve a partir da tensão entre democracia e autoritarismo é uma tentativa de engendrar uma história que construa um desfecho para a crise. Perante tal situação, há uma afirmação do Estado perante a sociedade civil, situação que originaria uma relação de autoritarismo quase que de maneira independente do regime político em vigor. O conceito de crise, nesse argumento, assume um significado de impasse e estagnação, relacionado, sobretudo, com o conceito de autoritarismo. Dessa forma, a narrativa proposta por Weffort segue uma tendência já encontrada nos escritos de Fernando Henrique e Francisco de Oliveira em sua crítica ao desenvolvimentismo: ao realçar a oposição entre democracia e autoritarismo, esses autores enfatizam a continuidade sobre a ruptura na história brasileira ao mesmo tempo em que desqualificam a República de 1946. Por seguir essa linha, Weffort reduz a narrativa aos momentos conjunturais, quando essa tensão pode ser esmiuçada sem que a força da lógica autoritária anule qualquer possibilidade de tensão entre o binômio autoritarismo e democracia.

Se logo após o golpe a ênfase no sentido de ruptura conferida ao golpe cumpria o papel de afirmar o declínio do nacionalismo-desenvolvimentista, após a década de 1970 essa ruptura é amenizada em favor da continuidade. O objetivo, entretanto, é semelhante: a continuidade só é possível com uma análise pejorativa

do regime de 1946, em que o autoritarismo e o corporativismo emergem como conceitos fundamentais para sua compreensão, em detrimento, portanto, do conceito de desenvolvimento.

Por trás das mudanças na narrativa empreendida pelos intelectuais da Escola Paulista, há um traço de linear continuidade. O que fomenta a narrativa e suas mudanças é sempre o impulso de distanciamento do nacionalismo-desenvolvimentista, por meio da legitimação da posição e do lugar de fala dos intelectuais paulistas, e sua conseqüente crítica a esse mesmo regime. Crítica essa que compõe um posicionamento político linear.

O conceito de democracia, tal como forjado por essa Escola, só adquire sentido dentro desse processo de crítica.

Estão presentes no editorial ao menos três elementos forjados na narrativa proposta de Weffort. Em primeiro lugar, a distinção entre o recorrente ambiente de criação de cultura, ligado ao Estado, e a proposta da Revista, de pensamento autônomo e crítico. Em segundo lugar, o conceito de democracia, cujo significado central deve ser compreendido em uma concepção de sociedade civil autônoma, independente do Estado. Em terceiro lugar, o conceito de autoritarismo cumprindo o papel de conector entre os regimes de 1930, 1937, 1946 e 1964. A tecnocracia estatal seria, nesse caso, apenas uma atualização da produção de uma ótica autoritária produtora de ideologias, como foi o caso do ISEB. O fim do autoritarismo, portanto, seria a única forma de romper com o ciclo continuísta que marcara a história brasileira. Para tanto, o papel da intelectualidade independente seria cada vez maior.

A narrativa histórica surge como um elemento orientador da ação no presente, ao mesmo tempo em que forja um significado e um lugar na história para os intelectuais do CEDEC. Ao analisar a conjuntura de 1945, Weffort define o fantasma do qual quer escapar:

“[...] transformaram-se, apesar de tudo, em seus herdeiros, na medida em que também nunca foram capazes de conceber a liberdade e a democracia em seus próprios termos. É verdade que a concepção da liberdade e da democracia variou ao sair dos marcos do liberalismo oligárquico para as ideologias de vocação popular do período post 30.”¹⁴²

¹⁴² WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário. Parte II. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 1, n. 2, janeiro, 1979. P. 10.

Ao buscar uma ruptura, Weffort quer escapar da herança do passado sobre seus ombros. Somente com consciência desse passado seria possível não repetir os erros de outrora que impediram a modernização da sociedade brasileira. A narrativa e o conjunto de conceitos que orientam a ação no presente, contudo, dão um caráter próprio à experiência na qual eles se desenvolvem. No final da terceira parte do artigo, Weffort usa os termos órfãos e herdeiros para trazer para o espaço presente a clivagem que realiza no tempo.

“Alguém já disse, com razão, que o sistema político da democracia de 46 não deixou herdeiros mas órfãos. Será isto também verdade para a esquerda? Como se definem aqueles que Gramsci nomeava como os ‘intelectuais orgânicos’ da classe operária em relação ao seu próprio passado? Se eles preferem assumir a responsabilidade de sua própria história, ou seja se eles preferem definir-se como ‘herdeiros’, o problema que inevitavelmente se coloca em face das questões do presente de uma esquerda perplexa e desvinculada da classe operária, é o de uma avaliação crítica da herança recebida.

“As perguntas cruciais de uma etapa como esta são por demais clássicas para serem desconhecidas: a que herança renunciamos? Com que parte da herança devemos ficar? Aos herdeiros cabe ajustar contas com o passado pelo qual são responsáveis. Os órfãos não têm evidentemente nenhuma pergunta a fazer. Assustados com o mundo hostil do presente, incapazes de formular qualquer pergunta sobre o futuro, o que pedem é apenas serem esquecidos.”¹⁴³

O trecho acima evidencia o papel da discussão sobre a Abertura, onde, portanto, a narrativa histórica proposta no CEDEC adquire sua vida política. É a partir dela, da narrativa, que o presente adquire novos significados, a começar pela definição de órfãos e herdeiros.

4.2. Transição

Foi visto no capítulo III que o conceito de crise cumpre duas importantes funções. Em primeiro lugar, confere ao processo de distensão do regime o caráter de um fenômeno marcado pelo impasse, portanto, sobre o qual o governo não tem total controle; em segundo lugar, confere à história recente brasileira, mais precisamente a história a partir de 1930, um caráter de crise, em que, em função do desenvolvimento econômico, a relação entre Estado e sociedade civil inibe a modernização desta última e, portanto, a efetiva construção de uma democracia. Essa crise abre caminho para que uma narrativa que se baseie na tensão entre

¹⁴³ WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário. Parte III. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Global Editora; CEDEC. Ano1, n. 1, agosto, 1979. P. 18.

autoritarismo e democracia se desenvolva e para o qual aponta o artigo escrito por Francisco Weffort ao longo dos três primeiros números da publicação.

Por outro lado, a referida crise também se manifesta no seio das oposições, na medida em que as mesmas encontram-se restritas à atuação institucional por meio do MDB. Por não conseguirem se livrar desse caminho, as oposições tornam-se reféns da crise histórica pela qual passa o país e incapazes de dar prosseguimento a uma efetiva transição para a democracia. Desse modo, a Abertura é vista simultaneamente como uma crise na qual o governo perde seu poder de condução política sobre o processo e como um obstáculo a uma efetiva transição.

A centralidade que o tema da Abertura adquire na Revista, faz com que essa duplicidade apareça recorrentemente quando o tema é abordado. O tema da Abertura propriamente dita é reservado aos debates promovidos pela Revista. Contudo, a visão que esses intelectuais têm do processo político que se desenvolve organiza e recorta os demais temas abordados e a forma como o são. Isso vale para a forma como a Revista aborda importantes bandeiras no que se refere à transição. Procura, desse modo, apontar caminhos para uma democratização da sociedade. A narrativa que organiza da conjuntura que lhe é presente procura identificar, tal como Weffort faz com o passado, a relação tensa entre a perpetuação do autoritarismo e a germinação da democracia, compreendida segundo os significados que a tradição da Escola Paulista lhe atribui.

Desse modo, procura cumprir com o objetivo de deslegitimar modelos de transição que não se adequariam ao que propunham: notadamente, uma transição orquestrada a partir da sociedade civil organizada, em especial a que tinha como referência a cidade de São Paulo. Os alvos são tanto o regime militar como forças políticas ligadas ao trabalhismo. Assim, o que une e constrói um ponto em comum entre os diferentes momentos da narrativa da Escola Paulista está a desqualificação do trabalhismo. Mesmo sendo a Abertura política o contexto em função do qual se constrói a Revista, não há qualquer referência significativa ao fim do Ato Institucional número 5 ou à anistia política, importantes acontecimentos do processo de transição. O tema da censura de imprensa, por outro lado, é abordado na revista sob um viés extremamente pessimista logo em

seus números iniciais, quando dois artigos são publicados. Um da autoria de Perseu Abramo, e outro da autoria de Raymundo Faoro.

Este, manifestando um enfoque liberal, destaca a importância da imprensa para a construção da liberdade. Afirma o autor:

“Se for suspenso o habeas-corpus, anota, mas for conservada a liberdade de imprensa, esta será o instrumento para denunciar, corrigir e reprimir os abusos que se praticarem no período de eclipse daquele. Suspensa, pois, a liberdade de imprensa, o habeas-corpus tornar-se-á salvaguarda de duvidoso teor, pois ninguém saberá se ele foi violado. Creio que nada há de mais oportuno do que essas observações, pensadas no começo do século passado e que estão sendo comprovadas, em nosso país, na atualidade.”¹⁴⁴

Ao final do texto, entretanto, procura analisar a imprensa enquanto uma empresa. Desse modo, teme as restrições que a relação entre proprietário e trabalhador, além dos problemas referentes à necessidade de financiamento. Também este aspecto é realçado por Perseu Abramo, em seu artigo *O Sistema de Censura do Sistema*¹⁴⁵, onde procura mostrar como a diminuição da censura prévia não cria um ambiente de livre-expressão na mídia impressa:

“Se, por um lado, é politicamente incorreto não perceber as nuances de abrandamento da censura em determinados momentos e em determinados órgãos de Imprensa, por outro é igualmente errado supor que vige a plena liberdade de comunicação na sociedade brasileira. É inegável que, nos últimos anos, tenha desaparecido a censura prévia que oprimia vários jornais; mas ela subsiste para alguns. É inegável que, hoje em dia, muitos jornais estampem opiniões as mais diversas, inclusive críticas a alguns atos dos governantes; mas quase todos os jornais têm dificultado ou impedido seu acesso a informações fundamentais da estratégia econômica, política ou militar do País. É inegável que, em São Paulo, não se tenha visto repetir, com jornalistas, a tortura e o assassinato de que foi vítima Vladimir Herzog; não obstante, jornalistas continuam sendo perseguidos e afastados de seus empregos.”¹⁴⁶

Depois afirma:

“E é exatamente essa transformação, sutil mas incontestável, que obriga a uma nova percepção da censura, da sua verdadeira nova realidade: a de constituir um sistema, um conjunto integrado e articulado de numerosas pequenas ações cotidianas, aparentemente casuais e isoladas, mas cujo efeito global é, sempre, o de

¹⁴⁴ FAORO, Raimundo. Liberdade de Imprensa. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 1, n. 2, janeiro, 1979. P. 92.

¹⁴⁵ ABRAMO, Perseu. O Sistema de Censura do Sistema. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, julho, 1978. P. 63.

¹⁴⁶ Ibid. P. 64.

obstaculizar a participação popular no conhecimento da realidade da Nação, e, assim, dificultar sua capacidade de expressão, de organização e de ação política. É a discussão desse sistema de censura que esse texto se propõe a fazer.”¹⁴⁷

Assim, quando um fato é considerado como relativo à política de distensão promovida pelo governo, é logo desvalorizado por carregar a idéia de continuidade histórica.

Por isso, ao eloqüente silêncio que paira sobre o fim do AI-5 ou sobre a Anistia política, a Revista contrapõe uma razoável cobertura dos acontecimentos na política polonesa, onde o sindicato Solidariedade desafiava a política autoritária, ou totalitária, que marcou a opção socialista da União Soviética. Após dois artigos sobre a censura à imprensa no Brasil, é publicado, no quarto número da Revista de Cultura & Política um artigo sobre o *Segredo de Estado e Resistência Civil: a Censura na Polônia*¹⁴⁸. No quinto número, por sua vez, uma extensa entrevista com líderes sindicais poloneses é publicada, incluindo o famoso Lech Walesa. Na mesma edição, foi traduzido um artigo de Tamara Deutscher, intitulado *Polônia: esperanças e temores*¹⁴⁹.

A cobertura das greves na Polônia segue a cobertura ainda mais ampla dada às greves que marcaram a região metropolitana de São Paulo no final da década de 1970. No primeiro número da revista, um artigo de José Álvaro Moisés é publicado após a extensa entrevista com líderes sindicais oriundos de São Paulo e de sua região metropolitana¹⁵⁰. No artigo, Moisés faz uma análise do que considera um ressurgimento do movimento sindical na década de 1970, mesmo que o artigo tenha sido escrito antes das grandes greves que marcaram o final da década. O autor conclui da seguinte forma seu artigo:

“1) A história do movimento operário brasileiro indica um padrão de repetição de conjunturas, em que a mobilização de base acaba sendo absorvida pelos mecanismos de funcionamento da estrutura burocratizada dos sindicatos;

2) Entretanto, o recente movimento de reivindicação sindical, que se fortaleceu à base da ampliação do espaço de expressão institucional, de certas

¹⁴⁷ Ibid. P. 64.

¹⁴⁸ FERNANDES, Rubem César; CYGAN, Piotr. Segredo de Estado e Resistência Civil: a Censura na Polônia. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 4. Fevereiro/Abril, 1981.

¹⁴⁹ Ambos os artigos em: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 5. Abril/junho, 1981.

¹⁵⁰ MOISÉS, José Álvaro. Problemas Atuais do Movimento Operário. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, julho, 1978.

aspirações de base, não chegou a definir os caminhos que pretende percorrer para enfrentar os velhos problemas da estrutura sindical brasileira;

3) Por outro lado, é preciso admitir claramente, que as conjunturas de crise (seja de debilidade ‘por cima’, seja de irrupção, ‘por baixo’) como parece ser o caso das recentes reivindicações sindicais, são férteis para marcar um rompimento com os padrões cotidianos pelos quais a institucionalização do conflito impede uma mobilização mais profunda das bases;

4) Por outras palavras, em condições de crise, existem sempre momentos decisivos em que os atores sociais e políticos elegem o curso de sua ação entre alternativas possíveis, e é essa eleição que acaba provocando resultados na cena política, seja em termos de transformações, seja em termos de uma ratificação dos mecanismos que fazem funcionar a institucionalização do conflito;

5) Por essa razão, parece importante chamar a atenção pelo menos, para os problemas envolvidos no atual movimento de reivindicações sindicais. Como se sabe, no caso das organizações burocráticas (como é o caso dos sindicatos latino-americanos) ‘...o poder das lideranças deriva em grande parte de sua capacidade de controlar a base dentro de um jogo político já dado e não de sua capacidade para articular interesses e intervir em decisões ao nível do Estado ou da indústria’. Caso o potencial expresso na institucionalização de certas aspirações de base não seja reconhecido e libertado de seus limites estreitos, esse movimento pode perder-se como oportunidade de eleição de alternativas possíveis;

6) Finalmente, é importante ter em conta que, no caso dos sindicatos latino-americanos, sempre que eles mobilizam os seus associados em torno de certas reivindicações, não são apenas estas que estão em jogo, mas o próprio significado político da expressão das reivindicações. Por isso, nas condições recentes, marcadas em grande parte, por uma tendência espontânea da classe operária de se organizar na base, é preciso ter presente o papel dessa mobilização sindical no quadro da crise política (que, certamente afeta o próprio sindicalismo). É preciso estar atento para que a institucionalização do conflito não se transforme no conduto pelo qual as aspirações de base são absorvidas ou controladas pelo Estado. Isto é particularmente mais grave quando as aspirações de base digam respeito, por exemplo, à questão da organização da classe trabalhadora, como é o caso das comissões de fábrica que, em São Paulo, tem sido a sustentação da prática de resistência analisada. Nesse caso, a atualização do controle sobre a mobilização de base, significa, concretamente, impor uma derrota à classe trabalhadora.”¹⁵¹

Ao mesmo tempo em que é difícil contar com movimentos de concessão do regime, o autor enxerga no movimento operário uma maneira de escapar ao dilema que marca a crise brasileira. Em franco diálogo com Francisco Weffort, Moisés ao mesmo tempo procura e sugere práticas cujo resultado, em sua opinião, conduzirá o movimento sindical a uma autonomia perante o Estado libertando-o da tradição corporativista próprio do Estado Novo. O autor enxerga um elemento novo na manifestação sindical. Ele surge das bases operárias, na forma de comissões de fábrica. Essa percepção será a responsável pelo surgimento do termo o *novo sindicalismo*, usado para designar os grupos sindicalistas responsáveis pelas grandes manifestações do final da década.

¹⁵¹ Ibid. P. 61.

É interessante verificar que o autor realça as rupturas em detrimento da continuidade no que se refere ao movimento sindical. Desse modo, desconsidera as continuidades que marcavam, em alguns aspectos, a formação da chapa do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, então comandada por Lula, que possuía relações com a considerada chapa oficial, não forjando, inicialmente, uma aliança com as *Oposições sindicais*, tradicionais críticas do sindicalismo corporativista¹⁵². A partir do conceito de crise forjado nas páginas da revista, a transição passa a ser interpretada a partir de uma seleção de acontecimentos que reforçavam a narrativa engendrada.

A ênfase no movimento operário de dois países periféricos em relação aos dois centros políticos que eram na época os pólos de poder do mundo realça a polarização pretendida pela Revista: menos um duelo entre União Soviética e EUA e mais uma tensão entre Estado e sociedade civil, cujo resultado é o autoritarismo seja no mundo socialista, seja no mundo capitalista. Isso não impede, contudo, uma clara auto-identificação com a esquerda política.

Democratizar é valorizar a sociedade civil, em especial o movimento operário e, a partir disso, repensar tradicionais bandeiras da esquerda. Não são poucos os artigos que cumprem com essa reflexão, necessária à linha editorial da Revista. No terceiro número, é publicado um artigo intitulado *Democracia Representativa, Democracia de Base e Movimento Social*¹⁵³, que já chamava a atenção para o tema da democracia participativa, que iria adquirir crescente força na década de 1980. No mesmo número, há o artigo de Herbert Marcuse que aborda o tema da chamada nova esquerda¹⁵⁴. O tema, caro à esquerda brasileira, da reforma agrária é discutido no quarto número, em artigo intitulado *Movimento Camponês e Reforma Agrária*, assinado por Leonilde Sérvolo de Medeiros¹⁵⁵, além do já citado artigo de Bernardo Sorj¹⁵⁶.

¹⁵² SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **Brasil Republicano**. N 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵³ PORTELLI, Hugues. Democracia Representativa, Democracia de Base e Movimento Social. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 3. novembro - janeiro, 1981.

¹⁵⁴ MARCUSE, Herbert. A “Nova Esquerda” Fracassou? IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 3. Novembro - janeiro, 1981.

¹⁵⁵ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Movimento Camponês e Reforma Agrária. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 4. Fevereiro - abril de 1981.

¹⁵⁶ Cf. Capítulo II da presente dissertação.

Também as discussões sobre o papel das eleições no processo de Abertura têm espaço na Revista. Dois artigos tratam do tema e foram publicados em seu sétimo número. O primeiro é um debate entre os cientistas políticos Bolívar Lamounier, Sérgio Abranches e Luiz Navarro de Britto sobre o sistema de representação proporcional e o distrital¹⁵⁷. O segundo artigo¹⁵⁸, assinado por Otávio Soares Dulci, trata das continuidades e mudanças nas recentes movimentações políticas em Minas Gerais. Embora envolvam assuntos que, por razões diferentes, referem-se a situações particulares – seja pelo recorte geográfico ou político, seja pela especificidade do tema – os artigos têm por interesse um objeto comum: as possibilidades e limites das eleições e do sistema eleitoral perante a necessidade de modernização política do país.

O sindicalismo e o movimento operário, contudo, permanecem sendo a questão central da Revista. Além dos textos já citados, ainda foram publicados *A Estratégia do Novo Sindicalismo*, de José Álvaro Moisés¹⁵⁹; *Os Sindicatos e o Estado no Capitalismo Avançado*, de Leo Panitch¹⁶⁰; *Notas sobre o Estado, a Sociedade Civil e os Sindicatos*, de Victor Manuel Durand Pontes¹⁶¹; e mais um artigo sobre o sindicalismo chileno, de Guillermo Campero¹⁶². O movimento operário é concebido como o espaço privilegiado de democratização da sociedade por representar a possibilidade de se formar uma organização moderna, ou seja, de classes, que permita ao mesmo tempo em que as contradições do capitalismo se desenvolvam em direção ao socialismo e que a presença do Estado diminua frente a uma sociedade civil com maior poder de organização.

A prioridade dada à organização política da sociedade civil, e em particular do movimento operário, embasa a discussão presente no último número publicado da *Revista de Cultura & Política* sobre democratização da vida partidária. As dificuldades de traduzir na esfera política a sociedade civil por meio do partido

¹⁵⁷ Cf. **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Cortez Editora; CEDEC. n. 7.

¹⁵⁸ DULCI, Otávio Soares. Minas Gerais: continuidade e mudança. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Cortez Editora; CEDEC. n. 7.

¹⁵⁹ MOISÉS, José Álvaro. A Estratégia do Novo Sindicalismo. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 5, abril - junho, 1981.

¹⁶⁰ PANITCH, Leo. Os Sindicatos e o Estado no Capitalismo Avançado. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 5, abril - junho, 1981.

¹⁶¹ PONTES, Victor Manuel Durand. Notas sobre o Estado, a Sociedade Civil e os Sindicatos. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 6, julho - setembro, 1981.

¹⁶² CAMPERO, Guillermo. Chile: movimento sindical, política trabalhista e modelo econômico pós-73. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Editora Cortez; CEDEC. n. 7.

político orientam o texto de Carlos Estevam Martins, comentado por Bolívar Lamounier, Maria Victoria Benevides, Francisco Weffort e José Augusto Guilhon Albuquerque¹⁶³. Até que ponto seria possível um partido democrático, ou seja, que rompesse com a velha tradição de autoritarismo estatal prevalecente nos partidos brasileiros?

Os diversos temas abordados ajudam a conferir um leque de significados ao que os intelectuais do CEDEC consideravam o processo de democratização da sociedade, ao mesmo tempo em que delimitava o espaço de atuação política por eles considerado relevante de modo a realizar verdadeiras rupturas com a tradição autoritária brasileira. Desse modo, a democratização aparece na Revista de várias formas, sempre com o intuito de refletir sobre a realidade social e política brasileira para que nela possam atuar com o intuito de promover a democracia, tal como eles a entendiam.

É também o contexto, entretanto, que fomentará discussões e conflitos em torno da atuação política desses intelectuais. A proposta do CEDEC, desde o início, contrapunha-se a um projeto de Abertura tido como controlado e compromissado com as tradições políticas mais perversas da sociedade brasileira. A transição política, nesse sentido, não é apenas uma contraposição à narrativa considerada autoritária e demasiadamente centrada no Estado e no desenvolvimento. A narrativa centrada no processo de democratização, na *Revista de Cultura & Política*, é recuperada e desenvolvida com o intuito de contrapor esses intelectuais, por meio de sua linha editorial, ao modelo de Abertura então vigente. É somente sob esse prisma que o CEDEC fundamenta sua identidade. A crescente atuação política dos intelectuais com filiação acadêmica à Escola Paulista não aconteceria sem conflitos.

4.3. Rupturas

No número referente aos meses de agosto, setembro e outubro de 1980 – a quarta publicação da revista, segunda sob o nome de *Revista de Cultura & Política* – José Álvaro Moisés, orientando mais conhecido de Francisco Weffort, apresenta um texto, originalmente publicado em novembro de 1979, para debate

¹⁶³ MARTINS, Carlos Estevam. A Democratização da Vida Partidária. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Cortez Editora; CEDEC. n. 8, junho, 1982.

com outros membros do Centro. O texto permanece dentro do campo de discussão proposto no primeiro debate promovido pela revista. Só que dessa vez este ocorre a partir do artigo intitulado *Crise Política e Democracia: a transição difícil*.

A discussão proposta por Moisés parte da narrativa histórica que tem no conceito de crise de hegemonia o ponto central para explicar as diversas facetas do autoritarismo no país, que, segundo essa mesma narrativa, vão do Estado Novo, passando pela República de 1946 e chegando ao regime militar de 1964. Ao trazer essa discussão para as questões presentes, Moisés ajuda a compreender a formulação da narrativa proposta por Weffort em face aos desafios diagnosticados pelos autores e que, inclusive, constituem pano de fundo para a fundação do CEDEC. Nesse sentido, um ponto se destaca e se distingue, inclusive, de seu texto publicado no primeiro número da revista: a discussão em torno do texto de Moisés, no final do ano de 1979, já encontra um ambiente político modificado pelo fim do bipartidarismo e pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual se filiam muitos intelectuais engajados no CEDEC, entre os quais José Álvaro Moisés, Weffort e Marilena Chauí.

Inicialmente Moisés retoma a discussão sobre a crise de hegemonia e a insere no contexto político do final dos anos de 1970:

“Na verdade, o problema parece mais sério: é como se, outra vez, estivéssemos diante de uma lógica inelutável que, por virtude ou defeito intrínsecos do processo histórico, não nos apresentasse ‘outro modo de escapar de um regime autoritário senão através do próprio autoritarismo’; estaríamos condenados a nada mais que ser testemunhas passivas de um freqüente novo começo das rearticulações da ordem burguesa?”¹⁶⁴

E depois:

“Em consequência (e ironias históricas à parte), o regime brasileiro começou a se mover no campo da política e, agora, vai tirando consequências da fase mais decisiva de um ciclo de ‘reformas’ institucionais programadas e iniciadas a partir de agosto de 1978, como parte de uma estratégia destinada a enfrentar a sua crise. [A tentativa de devolver a administração do poder ao jogo dos partidos] encontrou-se, paradoxalmente, com uma tendência que de há muito já vinha se manifestando entre as classes populares, e da qual, a proposta de organização de um Partido dos Trabalhadores, por iniciativa das novas lideranças sindicais que se forjaram nas grandes greves de 1978 e 1979, é o exemplo mais importante. Qualquer que seja a posição que se tenha sobre o significado do PT na política brasileira, é inegável que

¹⁶⁴ **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 2, agosto - outubro, 1980. P. 12.

ele representa uma das únicas iniciativas que lograram escapar das previsões dos estrategistas da ‘abertura’.”¹⁶⁵

No ambiente da Abertura, o autor confere destaque à fundação do PT como uma das tentativas de rompimento com a circularidade viciosa responsável pelo autoritarismo na política brasileira. Isso significa dizer, por outro lado, que, já em finais de 1979, o autor caracteriza o projeto de distensão do governo como uma tentativa de impor limites à democratização; ainda que reconheça a via de mão dupla que se instala, por exemplo, com a anistia política e com a crescente liberdade de imprensa. Moisés começa nesse ponto uma série de críticas a importantes medidas da Abertura política, tal como ficou conhecida:

“essa nova institucionalidade permitirá a legitimação dos conflitos que são próprios da sociedade capitalista (cujo desenvolvimento recente torna-se inevitável a sua emergência), permitindo que certas instituições fundamentais de sociedade civil, como os sindicatos dos trabalhadores, logrem alcançar um novo estatuto político em face do Estado ou se, pelo contrário, o arranjo político-institucional que vai se armando no país se apoiará sobre os novos partidos para, uma vez mais na história brasileira, impor uma camisa-de-força às formas de expressão e manifestação dos movimentos sociais. O tratamento de ‘choque’ adotado pelo regime em relação aos movimentos grevistas de 1979 e primeiro semestre de 1980 indica que a tendência das elites se inclina para a última hipótese. Entretanto, é impossível afirmar, agora qual será o resultado final dessa situação, porque o processo ainda está em curso. De qualquer forma, essa é, sem sombra de dúvida, a questão mais importante da fase de transição que vive o país. Por isso mesmo, convém ter em sua exata medida os êxitos que o regime autoritário vai obtendo, porque mesmo não sendo necessariamente inevitáveis, esses êxitos acabam por se constituir nos limites a partir dos quais o processo de democratização se define.”¹⁶⁶

Ou ainda:

“Na verdade, os passos concretos adotados pelo regime em direção à democratização desconcertaram essas oposições e levaram-nas ao imobilismo, exatamente em um momento em que, cada passo, por menor que fosse, contava decisivamente para definir quem seria o contendor efetivamente capaz de ocupar o espaço aberto pela crise política.”¹⁶⁷

Também a reforma partidária entra em questão. Neste ponto, contudo, a posição do autor é de crítica à postura, então hegemônica no PMDB, segundo a qual a reforma partidária romperia a unidade da oposição. Por outro lado, segundo

¹⁶⁵ Ibid. P. 13.

¹⁶⁶ Ibid. P. 14.

¹⁶⁷ Ibid. P. 15.

o autor, somente após a discussão sobre a formação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB - sigla cujo direito de uso ainda não havia sido conferido à Ivete Vargas) e do PT a discussão partidária oposicionista modificou-se dos interesses governamentais. Afinal, a reforma partidária, mesmo indo de encontro ao interesse da cúpula do MDB, proveria o regime de alternativas políticas interessantes para dar prosseguimento ao processo de Abertura. Segundo Moisés, o objetivo central consistiria em:

“Enquanto a esquerda, ainda que de uma forma bastante espontaneísta, mencionava a questão da autonomia sindical no parlamento, os ‘moderados’ e os ‘não-alinhados’ só se referiam ao problema em termos retóricos e, de modo especial, nos momentos em que os conflitos fizeram subir o termômetro político da sociedade. Em realidade, o MDB esteve, ao longo de sua existência, sob a hegemonia política dos liberais (conservadores, ‘liberal-democratas’ e ‘adesistas’) e por isso, em sua definição política, nunca foi muito além da luta contra o autoritarismo. Dessa forma, não logrou se constituir jamais, nem mesmo após as retumbantes manifestações de apoio popular nas eleições de 1974 e 1976, em expressão orgânica das demandas sociais da maioria dos seus eleitores que, no final das contas, eram precisamente, as massas populares dos grandes centros urbanos do país. Primordialmente voltados para as questões jurídico-institucionais, os liberais do MDB foram incapazes (e talvez nem fosse o caso de pedir-lhes isso) de apresentar qualquer programa adequado à expressão dos movimentos sociais que emergiram no país a partir de meados dos anos 70. Em consequência, os choques de concepção e de interesses existentes dentro do MDB tenderam a se manifestar, na superfície do cenário político, na forma de diferentes propostas de organização política e partidária.”¹⁶⁸

Retoma-se, dessa forma, a discussão sobre a crise das oposições. A concepção presente no trecho acima, entretanto, deixa claro que o caminho político aberto por este partido não é a opção desejada. Mantém-se, no texto, a concepção de que o próprio regime está em crise também conjuntural, diferente da crise de hegemonia para o qual o próprio regime foi uma resposta em meados da década de 1960. Desse modo, há espaço para novas rupturas. No entendimento desses intelectuais, no entanto, a anistia, o fim do Ato Institucional nº 5 e mesmo a reforma partidária parecem indicar uma retomada de controle por parte do regime, logo, uma retomada do projeto de distensão e o fim da crise em seu sentido conjuntural. A ação do MDB, por outro lado, corrobora com a saída negociada que não altera a disjuntiva básica entre a sociedade civil e o Estado que

¹⁶⁸ Ibid. P. 20

marca a crise de hegemonia pela qual passa o país. Desse modo, corre-se o risco de reeditar, em outra faceta, o autoritarismo que marca a política brasileira.

“Não resta dúvida de que os passos recentes dados pelos novos dirigentes do Estado, antecipando-se às oposições e tomando a dianteira em uma questão tão importante como a da criação de novos partidos, marca pontos em favor de uma transição que tem muito para ser, quase exclusivamente, definida pelo regime. Na medida, entretanto, que o problema não se limita ao plano institucional, mas, de modo bastante mais complexo, envolve o agravamento da crise social, a questão se complica. Tudo indica que a questão social prosseguirá tendendo a ocupar o centro da vida brasileira dos tempos atuais. Se não porque criaram-se as condições econômicas e sociais para emergência de um novo movimento operário no país (como se indicou), porque, até o momento, nada garante que a nova política salarial do governo conseguirá, efetivamente, servir para vencer a batalha contra a assustadora discrepância entre as taxas de aumento da inflação e os índices de crescimento real dos salários dos trabalhadores.”¹⁶⁹

A esfera societal, tal como é posto na tradição intelectual da Escola Paulista, é o espaço em que surge a possibilidade de uma sociedade efetivamente democrática. Desse modo, segundo esta visão, as greves no ABC paulista tornam-se o acontecimento com maior significado para o processo de democratização do país. Por isso o grande destaque que é dado nos primeiros números da revista à questão do movimento sindical, que ficou conhecido como o novo sindicalismo, e às greves na região metropolitana de São Paulo. O próprio Moisés publica, no primeiro número da Revista de Cultura & Política, um artigo baseado em sua tese e com o título *Contradições Urbanas, Estado e Movimentos Sociais*¹⁷⁰, em que explora as crescentes contradições que o cenário metropolitano engendra e as possibilidades de emergência de uma sociedade civil em seu sentido ocidental que elas possibilitam. Cabe, agora, transformar essa movimentação social, consequência do crescimento capitalista no país, em força política de maneira a acabar, ou ao menos diminuir, a disjuntiva entre as esferas social e política que caracteriza o autoritarismo brasileiro. Trata-se de pensar uma questão da hegemonia que surja da sociedade civil, tal como em sociedades consideradas modernas.

Torna-se mais claro, nesse texto, a leitura da nova conjuntura de crise em que se abrem possibilidades de ação. O papel do CEDEC, nesse caso, é tentar orientar a ação política a partir de uma crítica histórica e social que, segundo esses

¹⁶⁹ Ibid. P. 31.

¹⁷⁰ **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Global Editora; CEDEC. n. 1, agosto, 1979.

autores, não existia em outras oportunidades. O debate que se segue ao texto, entretanto, revela alguns pontos de conflito ou, no mínimo, alguns nós que não conseguem ser tão facilmente desatados.

Sugestivamente, o comentário mais pertinente parte de Weffort, orientador de Moisés e defensor de idéias semelhantes. A questão posta por Weffort não atinge, necessariamente, o argumento acadêmico. No entanto, procura pensar a relação da narrativa, da qual ele mesmo é um dos construtores, com a prática política por ele vivenciada:

“O fato é que é incrível a eficácia da ação do governo no plano da economia, no plano da sociedade, no plano da previdência social e vai daí pra diante, embora num rumo de que nós poderíamos eventualmente divergir. Enquanto isto, o conjunto do espectro político brasileiro, desde a direita, PDS, até a esquerda, PT, está envolvida por um debate político e não é capaz de arranhar o negócio. A disjuntiva você tem em todos os níveis, há um processo de fragmentação da percepção que se dá em todos os níveis. Então eu acho que é importante a gente tentar pensar duas coisas: primeiro, tentarmos ver quais os limites da capacidade de direção deles. Já que nós todos chegamos a um acordo de que realmente eles são craquíssimos para dirigir, vamos fazer agora um esforcinho para ver quais são os limites da capacidade de direção deles. Aí surge a dúvida: será que eles realmente estão metendo o dedo na questão da hegemonia? Será que realmente eles não têm medo que o PDS se esvazie consideravelmente nas eleições de 82?”¹⁷¹

Depois, complementa seu raciocínio:

“é que há uma tendência indesejável de disjunção entre as questões sociais e as questões de liberdade política. Isto não é de hoje, é dos anos 30, isso é uma coisa clássica. Nem é só da esquerda. O pensamento liberal e o pensamento conservador brasileiro também colocam a questão.

“O que estou dizendo é que ela necessita, em um outro trabalho, de se aprofundar. Para mim o consensual não está no plano da análise, onde eu concordo com você, muita gente não está vendo a questão. Mas está no plano da proposta, no plano da diretriz.”¹⁷²

Não apenas Weffort, mas também outros comentadores chamam a atenção para a dificuldade que por vezes passa o movimento operário para dar um sentido político às mobilizações sociais. A crítica chega, inclusive, ao fato de as greves serem consideradas bem sucedidas quando conseguem como resultado algum aumento salarial. Nesses casos, sente-se falta de uma crítica mais vigorosa à

¹⁷¹ **Revista de Cultura & Política.** São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 2, agosto - outubro, 1980. P. 49.

¹⁷² *Ibid.* P. 56.

estrutura política que cerceia o acesso do operariado aos recursos oficiais de poder.

A forma como Weffort, no contexto do CEDEC, se apropria da narrativa da Escola Paulista e das discussões que, no âmbito desta, foram travadas ao longo do regime militar procuram dar um sentido ao contexto de Abertura política. Em primeiro lugar, a discussão engendrada no CEDEC dissocia a Abertura da distensão; em segundo, seleciona e valoriza os acontecimentos que, segundo eles, podem realizar um verdadeiro processo de democratização, opondo-se, dessa forma, às negociações entre a oposição institucionalizada e o regime. Defendem a opção política representada pela fundação do Partido dos Trabalhadores, ao qual a maior parte de seus intelectuais se filia.

A discussão ocorre em um momento de afirmação política do MDB. Segundo Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d'Araújo, a partir de 1974 houve um vertiginoso crescimento do partido, não apenas sobre o espaço da ARENA, mas, principalmente, sobre uma população descrente com a efetividade do caminho eleitoral e que por isso tendia ao voto nulo¹⁷³. O MDB incorpora a crítica ao desenvolvimento econômico, à desigualdade de renda, e, nas eleições de 1974, 1976, 1978 e 1982 obtém importantes vitórias.

A fase inicial da Abertura, portanto, é marcada por uma dinâmica de conflito polarizado entre o regime, por um lado, e o referido partido, por outro. É sobre esse contexto que o CEDEC é fundado e sobre o qual procura agir, principalmente retomando importantes narrativas e conceitos forjados pela Escola Paulista em seus diversos momentos. Trata-se de uma tentativa de mudar a dinâmica da Abertura, retirando-a da considerada oposição permitida.

Contudo, é também no âmbito da prática política que surgem insuficiências na narrativa e na linguagem política que se articula. O sentido da crítica de Weffort é apontar os limites da linguagem face aos desafios postos pela realidade política. O tom pessimista da Revista com relação ao projeto de distensão, que tem por objetivo deslegitimar o mesmo, tem como outra face o reconhecimento da existência de obstáculos múltiplos a um projeto que pretende romper com a tradição histórica brasileira. Embora retrospectivamente o projeto de formação do

¹⁷³ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. Introdução. IN: **A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PT possa ser considerado um movimento de relativo sucesso, a influência deste em seus anos iniciais na política brasileira foi bastante limitado.

São essas lacunas que serão exploradas por críticos à proposta de ruptura com a oposição institucionalizada. Estes não precisam, para tanto, abandonar o contexto acadêmico da Escola Paulista. A crítica protagonizada por Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, que se aproxima cada vez mais do MDB, chegando a disputar as eleições de 1978 pela sigla; move-se dentro dos paradigmas propostos pela tradição da Escola Paulista. No terceiro número da *Revista de Cultura & Política*, Fernando Henrique publica um texto intitulado *Regime Político e Mudança Social*, comentado, no mesmo número, por outros autores, dentre os quais José Álvaro Moisés.

Fernando Henrique inicia seu texto comentando a mudança no papel do intelectual após a falência das explicações sistêmicas e totalizantes, que variam do estrutural-funcionalismo ao marxismo, segundo o autor. A função intelectual de prever estaria, portanto, comprometida, na medida em que as mudanças podem ser explicadas, mas nunca por meio de uma causa totalizante. Mais razoável, segundo o autor, é pensar em curtos-circuitos que podem seguir um padrão aleatório de ocorrências, que termina por gerar o contingencial e o inesperado. Assim, afirma:

“Dito isso a título de provocação, cabe fazer uma petição de modéstia teórica: tampouco disponho de resposta para estas questões. Mas acho que é dever de ofício reconhecer, como ponto de partida, a orfandade teórica com a qual entrarei num debate localizado: o da transição do autoritarismo para a democracia. Mais ainda: farei referência apenas ao caso brasileiro que tem como agravante a dúvida sobre se de fato marchamos para a democracia...”¹⁷⁴

Frente a esse problema, os cientistas sociais se deparam na contemporaneidade, segundo Fernando Henrique, com três teorias políticas que podem servir como instrumento teórico. A vertente liberal-democrática, que não nega o conflito, mas privilegia a mudança gradual e institucionalizada; a vertente marxista, revisada de seu sentido totalizante; e o ponto de vista basista, ou movimentista, que preza pelo micro-poder, por uma lógica comunitária e que tende a ter um posicionamento radicalmente contrário ao Estado.

¹⁷⁴ *Revista de Cultura & Política*. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 3, novembro - janeiro, 1981. P. 9.

Desse ponto, o autor passa para possíveis interpretações sobre o processo de transição política no país. Identifica quatro hipóteses que podem explicar esse processo: a estratégico-conservadora, a estrutural-crítica, a liberal-democrática e a da crise de hegemonia. Desse modo, o autor coloca em perspectiva analítica o próprio discurso que se orquestrava no CEDEC, principalmente por meio de Francisco Weffort. Afirma Fernando Henrique:

“Provavelmente, no sentido estritamente gramsciano, não se possa falar, quanto ao caso brasileiro, senão de uma ‘crise de hegemonia’: A questão, entretanto, está em saber se tal abordagem, nesta amplitude, ajuda em algo mais do que em contrastar e constatar que não se dispõe de alternativa. Talvez por isso, os que lançam mão da noção de hegemonia como recurso para explicar a presente transição brasileira, adotam uma postura que é mais do gosto de Foucault do que propriamente de Gramsci: aferram-se à importância da política fora do estado e valorizam a ‘micro-física’ da política. Na resposta à indagação sobre porque mudou o estilo de autoritarismo brasileiro valorizam os movimentos sociais [...]”
175

O correlato da crise de hegemonia e da valorização extremada da sociedade civil seria o crescente uso de teorias basistas, segundo a concepção dada pelo próprio autor, relacionadas, por ele, à idéia de micro-física do poder. Em sua avaliação sobre as versões sobre a transição, o autor procura enfatizar a versão liberal-democrática e a da crise de hegemonia. Não à toa, as duas que parecem se destacar no campo das oposições dentro do grupo de intelectuais inseridos no contexto, principalmente, do CEBRAP e do CEDEC. Segue o trecho principal em que argumenta de forma crítica com relação a essa versão:

“E é também a de criticar a recusa de pensar o estado, que existe implícita na atitude ‘basista’ e na valorização absoluta dos movimentos sociais frente aos partidos como se o povo, a ‘base’ (o que é a ‘base’ da sociedade industrial-complexa?), a periferia do centro de poder, fossem não apenas ‘puros e bons’, mas capazes de levar a soluções sociais, econômicas e políticas sem uma ‘visão do todo’. Ora, o desprezo pelo Estado torna este tipo de pensamento generoso mas ao mesmo tempo impotente para enfrentar o desafio do controle de sociedades complexas [...].

“Não obstante, existe hoje uma tendência não apenas ‘basista’ que cega a compreensão destas questões mas que se esquece de que nas sociedades de classe a ideologia das classes dominantes e a prática da dominação marcam os dominados na sua subjetividade (não apenas ao nível do discurso), na sua visão do mundo e os mutilam dos saberes necessários à liberdade. Sendo assim, a ‘boa consciência’ não é a ‘consciência ingênua’ ou espontânea, mas a consciência crítica que há de dar conta dos problemas gerais que afetam a sociedade. A menos que nos contentemos

¹⁷⁵ Ibid. P. 17.

com a dicotomia posta na Introdução que deixa aos dominadores a tarefa de controlar o Estado e exige para os dominados apenas o direito de construir seus espaços de liberdade, de costas para o conjunto da sociedade, o que é manifestamente insatisfatório como política geral.

“A crítica a esta visão ingênua da política dos dominados é pois responsabilidade urgente dos que quiserem propor uma teoria da saída da crise hegemônica.”¹⁷⁶

Fernando Henrique, com sua crítica, acusa a atitude de negação aos partidos políticos, numa clara referência ao MDB, de aceitar sua condição de alheio ao poder e ao Estado, o que reforça a própria disjuntiva tão criticada pelos intelectuais do CEDEC. Fernando Henrique tira o caráter de universalidade da narrativa do instituto ao colocá-la ao lado de outras três. Torna-se, assim, apenas mais uma narrativa que procura analisar o contexto da transição. Pior: acusa-a de, por vezes, aceitar a visão conservadora e autoritária.

O autor, para realizar sua crítica ao CEDEC, não precisa fugir do contexto da Escola Paulista. Pelo contrário, é sobre suas bases que formula a mesma. Aproveita-se, para tanto, da ausência de uma unidade teórica rígida no referido contexto. Forjada em um ambiente de críticas ao nacionalismo-desenvolvimentista e ao regime militar, essa narrativa se desenvolveu de maneira fragmentada, conjuntural e orientada por um ponto de vista que se percebia como *outsider*, marginalizado. Um lugar de crítica protegido por uma cúpula, que é o discurso científico.

Assim, Fernando Henrique opta por resgatar a narrativa forjada em seu livro *Dependência e Desenvolvimento*. Também abordando o nacionalismo-desenvolvimentista de um ponto de vista histórico, retira-lhe a força ao mostrar que o populismo era apenas uma etapa do desenvolvimento nacional. Não seria, necessariamente, a única forma de modernizar ou democratizar a sociedade. Este último conceito, por sua vez, deveria ser a bandeira fundamental dos movimentos progressistas. No contexto da Abertura, Fernando Henrique usa esse mesmo discurso para deslegitimar a formação de partidos de classe, como o era o PT, e organiza sua narrativa de modo a desconstruir a bandeira de oposição ao PMDB que era empunhada.

Para tanto, explora, por um lado, as contradições e fissuras existentes no próprio contexto da Escola Paulista, e, por outro, as dificuldades de adaptação da

¹⁷⁶ Ibid. Pp. 19-20.

narrativa que se forjava no CEDEC – percebidas, inclusive, por Weffort - à realidade da Abertura. Usa o pessimismo e os obstáculos à formação de movimentos sociais consistentes e critica-lhes a idéia de espontaneidade usando o argumento tão caro ao conceito de democracia que é próprio dos discursos que nesse ambiente se formam: o basismo aprofundaria a disjuntiva entre a sociedade civil e o Estado, logo, contribuiria para perpetuar o autoritarismo.

As lacunas que surgem no contexto da linguagem, contudo, não foram um empecilho à atuação política. Pelo contrário, são esses limites que motivarão a ação política promovida por esses intelectuais. Assim, os limites estabelecidos entre linguagem e realidade imediata não se tornam estáveis; pelo contrário, são eles os responsáveis pela dinâmica própria da experiência histórica. Nesse caso, é nessa tensão que o significado de transição adquirirá seus diversos sentidos. A começar pela crítica realizada por Fernando Henrique no referido artigo, que está longe de limitar-se a um jogo conceitual, só podendo ser explicado pela posição política cada vez mais diversa entre o autor e os intelectuais do CEDEC.

4.4. A transição em sua prática política

Movidos por sua atuação política no período da Abertura localizado entre 1978 e 1982, os intelectuais do CEDEC optaram por resgatar a narrativa que, com o objetivo criticar o nacionalismo-desenvolvimentista, havia chamado a atenção para a imaturidade da sociedade civil sob um regime corporativo. Narrativa esta em que o conceito de populismo adquire força e começa a se propagar no meio acadêmico. Focado nos estudos sobre movimento operário, essa vertente da Escola Paulista se atualiza no momento da Abertura política.

A linha editorial da Revista recorta os acontecimentos do final da década de 1970 e focaliza o debate nos pontos que são considerados mais importantes para a democratização da sociedade brasileira. Desse modo, reage, por um lado, ao projeto de distensão promovido pelo governo e, por outro, à estratégia da oposição de negociar com o referido projeto. Movido por esse contexto, o CEDEC cumpre o objetivo dos intelectuais responsáveis pela sua fundação: atualizar o leque conceitual forjado na tradição da Escola Paulista em função de uma nova realidade social e política que a segunda metade da década de 1970 descortinava.

O projeto do CEDEC não foi a única tentativa de resposta a esse novo ambiente. Também o IDESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos de São Paulo -, fundado por Bolivar Lamounier, ou mesmo a mudança do perfil do CEBRAP, em 1981, refletido na edição de uma nova revista intitulada *Novos Estudos CEBRAP*, mostram a tentativa dos intelectuais desse Instituto em adequar o próprio discurso a novas dinâmicas sociais e políticas que caracterizariam o Brasil da década de 1980. O CEDEC, contudo, foi uma reação bastante particular a esse contexto.

Sua defesa da democracia não se limitava a uma crítica ao regime militar, ou a uma forma de atuação das ciências sociais em uma sociedade que se modernizava. Os intelectuais fundadores do CEDEC objetivavam interferir abertamente no projeto de Abertura política do governo. Talvez isso explique a efemeridade dessa fase inicial do Instituto: sua primeira Revista é publicada entre 1978 e 1982. Apenas no ano de 1984 seria publicada outra revista, a *Lua Nova*, que se caracterizava por debates mais inseridos no campo das ciências sociais do que pela intervenção direta no ambiente político.

O engajamento político dos intelectuais filiados à tradição Escola Paulista foi generalizado. Nas fileiras do CEBRAP, poucos eram os intelectuais que não haviam preferências partidárias declaradas no início da década de 1980. Contudo, o CEDEC, em seus anos iniciais, foi em si um projeto de engajamento político em prol do que o instituto considerava a democratização da sociedade. Isso explica o vigor do envolvimento de seus intelectuais com a Abertura política, primeiro por meio do apoio às greves operárias na região metropolitana de São Paulo, e, em segundo lugar, por meio da participação intensa dos mesmos na fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980.

Por isso também, sua efemeridade. As discussões a que se propunham em breve tiveram que se deslocar do âmbito das ciências sociais para aquela do espaço partidário. A *Revista Desvios*, sugestivamente publicada a partir de novembro de 1982 – ano em que a *Revista de Cultura & Política* saiu de circulação - e de onde Marilena Chauí era uma das principais expoentes, ao lado de outros intelectuais paulistas, como Eder Sader e Marco Aurélio Garcia, é uma evidência desse processo.

É, portanto, na prática política que o limite entre o conceito e a realidade imediata será testado ao extremo. A narrativa forjada pela Escola Paulista se realizará politicamente de diversas formas, uma delas, certamente, foi por meio do

PT. Ao mesmo tempo, o partido, formado por diversas tendências e grupos que variam das Comunidades Eclesiais de Base, de intelectuais de diversas tradições intelectuais até grupos estudantis de muitos matizes e tendências ideológicas, encontrará no discurso dos intelectuais do CEDEC uma importante referência intelectual, em especial nos círculos paulistas e no meio sindicalista. Já no segundo número da *Revista Desvios*, é publicado um trecho do documento fundador do movimento da *Articulação dos 113 de São Paulo*, formado pela ala sindical paulista do partido e cujo desenvolvimento resultará na construção da mais forte tendência petista, que será hegemônica no partido, principalmente na década de 1990.

O final da década de 1970 foi palco para a afirmação política da geração de intelectuais do CEBRAP; movimento de onde resultou, inclusive, o CEDEC. A grande distância entre sociedade civil e Estado presente no conceito de democracia tal como formulado na tradição da Escola Paulista é contornado de diversas maneiras por esses intelectuais em um contexto em que a disputa pelo Estado começava a tornar-se parte também de sua realidade.

As eleições de 1982 indicariam a forma que a narrativa dos que haviam preferido o engajamento no PMDB iria se realizar na prática política. A vitória dos governadores do referido partido, em especial a de Franco Montoro, em São Paulo, fez com que a narrativa democrática de perfil anti-estatal da Escola Paulista encontrasse no poder dos estados, em especial o do estado paulista, sua concretização. Ironicamente, por esse caminho, a narrativa que começou a se desenhar com a fundação da USP, como reação à vitória do governo central na Revolução Constitucionalista de 1932, encontra-se novamente com o federalismo¹⁷⁷, que, no momento, lhe dava uma oportunidade de se afirmar no cenário político brasileiro.

Os intelectuais do CEDEC, por sua vez, em sua maioria optaram pela filiação ao PT. Esse partido, por meio de sua vinculação com o movimento sindicalista do ABC paulista e com movimentos populares com vinculação às Comunidades Eclesiais de Base, permitiam com que a narrativa da Escola Paulista se realizasse de outro modo. A relação com movimentos sociais legitimava o discurso de que

¹⁷⁷ Sobre o poder dos governadores adquiriram a partir de 1982, e sobre seu papel desempenhado na transição política, ver: ABRUCIO, Fernando. **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

seria possível organizar um partido que tivesse sua origem inteiramente impulsionada pela sociedade civil.

Caberia ao PT, nesse sentido, se organizar e representar uma suposta vontade popular nacional, ao passo em que crescia, mudando as relações entre Estado e sociedade civil. Para tanto, dois recursos seriam utilizados, em primeiro lugar, a ênfase na democracia participativa, possibilitada nos governos da esfera municipal, que se tornaram o mais importante espaço de afirmação política do partido; em segundo lugar, o crescente uso do pensamento de Gramsci que inspiraria uma ação política que, em uma sociedade marcada pela revolução passiva, eventualmente conseguiria, ao mesmo tempo, promover a democracia e o socialismo¹⁷⁸.

Em comum entre essas duas formas de realização política, a intensa crítica ao Estado, ao nacionalismo-desenvolvimentista e seus herdeiros – ou órfãos, segundo a linguagem de Francisco Weffort –, ao regime militar, e à política identificada com o atraso, ou seja, que se distanciava do modelo concebido como próprio da cultura ocidental e que, no Brasil, se aproximava das relações construídas no que era considerado o seu mais moderno estado: São Paulo. Assim, a eleição de Leonel Brizola, maior herdeiro das tradições trabalhistas, para o governo do estado do Rio de Janeiro em 1982, constitui uma imagem feliz para ajudar a compreender as identidades políticas que se forjavam nesse momento.

O ano das referidas eleições foi também o ano de publicação do último número da *Revista de Cultura & Política*, pode ser lida como um marco cronológico para a análise das formas em que a narrativa elaborada no final dos anos de 1970, no contexto da Escola Paulista, realiza-se politicamente. A Revista, coincidentemente, deixa de ser publicada em 1982. O debate a que se propunha prossegue, por meio de seus intelectuais, no âmbito do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sociais paulistas. Durante as décadas de 1980 e 1990, essa interpretação da Abertura política, consegue se expandir para além do estado paulista junto com o crescimento dos dois partidos que mais beberam dessa narrativa, PT e PSDB, em especial após o a má avaliada gestão do PMDB sob a presidência de Sarney. Essa, contudo, já é outra experiência, a qual acompanhará outra narrativa histórica.

¹⁷⁸ VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil**: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.